



# ENTREVISTAS

ENTREPRENEURSHIP  
AND REGIONAL DEVELOPMENT

CAETANA DULTRA BRITTO

*Conservadora, integrante do coletivo FOLIO – Preservação de Acervos, responsável junto com Leandro Melo pela Coordenação Técnica do “Projeto Manuel Correia de Andrade” desenvolvido no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo IEB - USP*

DINA ELISABETE ULIANA

*Supervisora Técnica de Serviço do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo IEB - USP*

*Data da entrevista: 27 de setembro de 2023*

## I – EXPERIÊNCIA E TRANSMISSÃO

**Dina, a primeira coisa é te agradecer muito por essa conversa, agradecendo em meu nome, porque é uma conversa que eu queria ter entre nós há muito tempo, mas também uma conversa que vai ser muito legal para essa publicação na REDOBRA. A gente nunca tem oportunidade de conversar e há muitas questões sobre os arquivos que nos interessa abordar. Mas eu queria começar perguntando sobre o arquivo que você coordena aí no IEB: é uma reunião de arquivos pessoais...**

É, a grande maioria.

**Eu então fico me perguntando se os arquivos, todos, mesmo o Arquivo do Estado, os arquivos públicos do Município, etc, se eles são também... Se a gênese dos arquivos é sempre um arquivo pessoal ou um conjunto de artigos pessoais?**

Não, você tem muitos arquivos de origem administrativa, esses do Estado, do Município, normalmente são os arquivos das secretarias, dos departamentos. Então, tem pouca coisa que é de origem de um arquivo pessoal. A grande maioria dos arquivos, mesmo o Arquivo Geral da USP, ele cuida da documentação gerada pelas unidades da Universidade, pelos diversos diretores. Mas são arquivos administrativos, basicamente.

Uau, mas um arquivo, por exemplo, como o do Fernando Henrique Cardoso, que eu conheci, ou imagino que de outros mandatários que exerceram funções administrativas de gestão, em várias instituições públicas, em várias instâncias, eles têm uma mistura de arquivo pessoal com arquivo público. Quer dizer, eles têm uma mistura complicada... Assim, qual o limite entre um documento que é um documento de gestão e um documento que é um documento pessoal?

Então, vamos começar por aqui. Aqui no IEB, a gente tem o arquivo, por exemplo, do Celso Furtado, que você vai ter uma documentação dele enquanto Ministro da Cultura, enquanto os cargos que ele ocupou na ONU, na CEPAL, que são das atividades dele como Ministro, como consultor. E tem uma parte da documentação que é pessoal dele, os cadernos, as coisas que ele escrevia. Então tem essa mistura sim, mas, por exemplo, o da USP, do Fernando Henrique, você tem a documentação dele enquanto Presidente, mas também tem a documentação dele enquanto professor, de quando ele dirigia o CEBRAP. Então você tem vários momentos da vida da pessoa. Aí você faz esses arranjos organizando esses momentos. No quadro de arranjo, você vai dizer “vida pessoal”, “docência”, “trabalho como ministro”, “administrativo”... Tem essas categorias em que você vai mostrando as atividades da pessoa, a vida profissional dela e, às vezes, uma parte pessoal também. Documentação da vida familiar, documentação mais íntima, a carta do neto, fotografia com os filhos... Às vezes vem tudo junto [risos]. Junto com o ofício que ele mandava para o Presidente da República, tem também uma caixa lá com as fotos dele com o neto, com o filho, coisas assim.

20

**Pois é, porque eu imagino que essa é uma questão... Relacionada ao tal do “princípio da organicidade”, não é?**

Porque você junta, porque ele era tudo isso, ao mesmo tempo. Ele era avô, era pai, era Ministro. Então, dependendo do momento que a pessoa está vivendo, você, às vezes no mesmo período, vai ter focos bem diferentes da documentação dele. Vai ter essa parte da atividade profissional e também da vida familiar mesmo, das coisas do dia a dia. É como no material que a gente tem da Araci de Carvalho, mulher do Guimarães Rosa: tem as coisas que ela fazia trabalhando no Consulado na Alemanha e tem o diário dela em que ela falava: “Estou no cabeleireiro”; “Comprei tal coisa”; “Hoje não estou me sentindo bem...”. Tudo no mesmo período [risos]. É tudo junto.

**Que coisa incrível, não é? Eu fico pensando agora, por exemplo, está rolando esse Seminário e eu estava prestando atenção numa fala específica do professor Jaime Oliva. Ele estava falando a respeito dessa reunião de arquivos pessoais do IEB, especificamente, falando dos pensadores, teóricos e autores que foram contemporâneos entre si, por exemplo, Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, etc., cujos arquivos foram aí para o IEB. Então, na verdade, esses autores continuam “con-**

versando”, porque isso propõe uma conexão entre os diferentes arquivos. Porque eles acabam tendo conexão... você tem uma correspondência de um ao lado da correspondência do outro. E aí você pode, reunindo partes desses arquivos, criar conexões ou restabelecer conexões, não é?

Eu queria te perguntar, como é que o arquivo, a instituição, no caso do arquivo como um mecanismo de guarda e acesso a esse material, como é que o arquivo proporciona essas possibilidades ao pesquisador... Se o arquivo é ativo? No sentido de proporcionar ou sugerir ao pesquisador essas conexões ou se o pesquisador já tem que chegar com essas conexões para tirar partido desses diferentes arquivos para a pesquisa dele?

Aqui no IEB, uma das coisas que a Bete [Elisabete Marin Ribas, Supervisora do Arquivo do IEB] implantou como forma de processamento é a gente chegar no nível do item porque, por exemplo, na maioria dos arquivos, em função do volume da massa documental, você faz grandes séries. Série “correspondências”, série “atividade docente”, etc. E aqui, além de fazer esse quadro de arranjo mais geral, a gente chega no nível do item. Então, vamos supor, na série “correspondência”, você vai descrever carta por carta. Então [o item] é indexado. Tem um banco de dados SGA (Sistema de Gestão de Arquivos) que a gente usa e ele tem campos que permitem você colocar não só o remetente, a data, mas também fazer uma descrição do conteúdo, vamos supor, da carta. E tem também o índice onomástico. Então o aluno, os bolsistas nossos, o que fazem? Eles vão lendo a carta e, num exemplo hipotético: é uma carta do Manuel Correia de Andrade para o Milton Santos, comentando um livro que ele leu do Mário de Andrade. Então, se na carta ele fala o nome Mário de Andrade, isso vai estar nesse índice onomástico. Então você faz esses cruzamentos, você fala “será que o Manuel Correia de Andrade lia o Mário de Andrade?”. Aí, se você entra no Fundo Manuel Correia de Andrade e coloca na busca “Mário de Andrade”, o sistema vai te dizer em quais documentos o nome do Mário de Andrade aparece. Então, se ele se correspondia com Mário de Andrade, vai ter o Mário de Andrade nessa posição de correspondente do Correia. Se eles trocavam, se ele era emissor da documentação, ou, se ele era citado. Então, aí você vai ter um documento informando que na carta que ele escreveu para o Milton Santos ele comentou uma conversa com Mário, um livro do Mário. E você vai começando a tecer essas redes todas, não é? Muito legal. E outra coisa também a gente faz, por essa descrição do documento que às vezes é um documento simples, um cartão de visitas, mas se você registra que o Manuel Correia de Andrade tinha um cartão de visitas do Celso Furtado, você começa a traçar também a rede de relações que ele teve. Com quem que ele se relacionava? Ele recebia a carta do fulano, recebeu o cartão de Natal do sicrano e você vai começando a construir essa rede. Então tem desde o conteúdo do documento em si, vamos supor, de uma carta, até essa parte da correspondência mesmo, às vezes comercial ou então cor-

respondência mais pessoal mesmo. E isso aí que a gente faz, é um trabalho insano [risos] porque são milhares, a gente tem mais ou menos 500.000 documentos e desses, descritos item a item, tem uns 180.000 mais ou menos. Então tem bastante coisa ainda para a gente detalhar.

Outro exemplo, no caso dos documentos musicais. O Adriano, que trabalha com isso, ele pega um programa de concerto do [Camargo] Guarnieri e destaca, por exemplo, que nesse concerto de uma composição do Guarnieri que ele guardou o programa, o intérprete que está se apresentando é fulano de tal. Aí depois você vai ver que essa pessoa se correspondia com Guarnieri, e que depois apresentou outros trabalhos do Guarnieri que estão [registrados] no Fundo de uma outra pessoa. Assim você consegue começar a esquadrinhar tudo, todas essas relações que existiam entre eles, não é? Às vezes em foto, às vezes...

### **Que incrível!**

É muito incrível... é um mundo à parte que vai se construindo assim.

**Mas isso, na verdade, é mais que o mundo, é uma constelação. Porque na verdade quando você cria essas relações, aproxima esses diferentes atores ou agentes, enfim, essas pessoas que, obviamente, não são mais vivas mas que têm os seus legados, a sua materialidade aí.**

22

**Agora, eu vou te perguntar uma coisa: não é todo o arquivo que adota essa metodologia insana, é?**

Não. Em função da massa documental. Por exemplo, no caso de um arquivo administrativo, sei lá, o Arquivo Geral da USP, da Reitoria. Em tese, toda a documentação da reitoria, depois que ela sai do período de arquivo corrente e intermediário e vai para o arquivo histórico, permanente, vai ter registrado assim: a gestão 'professor fulano de tal', 'as pró-reitorias que tinham a documentação'. Mas você não vai encontrar assim: "o reitor, em 1940, escreveu uma carta pro pró-reitor 'João dos Anzóis' comentando que ele queria abrir mais um curso em Piracicaba". Não chega nesse detalhe, porque o documental é imenso. A gente às vezes consegue aqui fazer... Por exemplo, o acervo do Mário de Andrade, que é um dos acervos mais descritos aqui no IEB. Mas mesmo o Mário, até hoje você tem grupos documentais dele que não estão descritos item a item, ainda. Então aí você faz um projeto, como a Professora Flávia fez, de marcar todo o fichário analítico do Mário. Vamos descrever ficha por ficha. Eram 7 mil fichas. Aí você descreve, você digitaliza, você restaura, não é? Então são coisas bem trabalhosas e que tem um lado que a tecnologia talvez auxilie daqui para frente, que é, ao digitalizar, você passar o OCR, aquele sistema que permite que se faça busca por palavras. Então, pode ser que no futuro, quando a gente digitalizar o documento, vamos supor, um documento datilografado, pode ser que consiga

passar OCR e aí se criar um banco. Vamos supor, toda a correspondência do Celso Furtado no Ministério X. Está tudo datilografado, ele não mandava nada [escrito] à mão [livre]. E você fala: “Ah, eu quero saber se ele conversava com o Primeiro Ministro da Inglaterra”. Aí você põe o nome do Primeiro Ministro do período e vê se naquelas 400, 500 cartas que tiver lá, o nome da pessoa aparece. Isso dá para fazer. Mas [risos]... tem que fazer tudo: digitalizar e ter OCR junto.

**O Mário, ele é um exemplo muito interessante, assim, porque ele tem aí no IEB um arquivo, uma biblioteca, tem objetos e a coleção de artes visuais. Então, na verdade são 3 universos com formas diferentes de documentação, de catalogação: um museológico, um arquivístico e um bibliográfico. Como é que esses três bancos de dados se combinam para que não haja uma dissociação de informações nesse caso?**

Isso quem pode explicar melhor para você seria a Bete, porque ela que construiu junto com o Fred o SGA, esse banco de dados. Em tese, a gente teria um banco único, como no Instituto Fernando Henrique [Cardoso]. Você tem um banco único, não é? E aí, você tem “máscaras”, vamos dizer assim, você fala “eu quero pesquisar só no acervo bibliográfico”, você pode fazer essa opção ou “eu quero pesquisar só no acervo de artes visuais” – ele também tem coleção de artes. Mas aí na hora da catalogação, você tem uma única planilha e nela você vai preenchendo. Alguns campos, teriam que ser em comum, não é? Ter alguns campos da planilha de registro que fossem comuns aos 3 acervos. Então, o ‘autor’, a ‘data’, para poder fazer esse cruzamento. A professora Mônica tentou fazer um projeto FAPESP e a FAPESP acabou não pagando por esse banco, que seria um banco [de dados] para unir os 3 acervos. Então, a gente teria que... Não “recatalogar” tudo mas, sim, compatibilizar a forma que a biblioteca faz o registro, a forma que o arquivo faz e que a coleção de artes visuais faz, para poder fazer essa varredura no documento. A minha dúvida, no caso do pesquisador que vem pro IEB: ele não chega aqui e fala: “Eu vim pesquisar o Mário de Andrade”; você pergunta: “O quê?”; e ele responde: “Ah, tudo”. Quem fala tudo não sabe o que quer pesquisar, não é? Porque aqui tem, sei lá, 17 mil livros, 8 mil imagens, não sei quantas mil fotografias. . . Então, o pesquisador nosso [que pesquisa no IEB] fala assim “eu quero a correspondência do Mário de Andrade com a Anita Malfatti”. Aí sim, você pode fazer, pode pegar em um dado período esses dois correspondentes: o Mário e a Anita. E você vai ter que ler. Você quer saber se quando a Anita estava pintando um quadro, ela comentava isso com o Mário? E você tem o quadro aqui no IEB. Aí é um cotejo que o pesquisador vai fazer. A gente não tem como deixar isso pronto para ele falar: “Ah, então na carta tal, ele falou para Anita ‘em vez de por a moça com vestido vermelho, põe ela de vestido amarelo’; ou mesmo ‘ao invés de chamar “O Homem amarelo”, chama ele “Homem de cor-de-rosa”; ‘Não, vou chamar de amarelo’. Teve uma discussão sobre isso. Isso daí é o trabalho do pesquisador. O que eu acho é que a gente, tanto o bibliotecário quanto arquivista, quanto o pessoal da Museologia,



tem que ter as informações e deixar isso disponível para o pesquisador. Mas essas relações “ah, ele comentou isso” ou “ela tinha pintado a moça com vestido azul, depois ela repintou de amarelo, porque na carta o Mário falou que achava a moça mais bonita de roupa amarela”... Isso daí é pesquisa, não é? Senão, não vai precisar mais de pesquisador também, não é? [risos].

É, mas eu acho que o que você colocou é interessante porque, de fato, no processo de formação, quando ainda são estudantes os futuros pesquisadores, eu acho que isso é uma disciplina que falta: pesquisa. Quer dizer, como é que você pesquisa acervos? Eu vi no arquivo da Bienal também, quando eu estagiei lá, era muito engraçado. Eu trabalhava na materialidade, na conservação, mas eu ouvia – a gente estava num ambiente muito pequenininho – os pesquisadores que chegavam, e de fato eles não sabiam com clareza o que tinha, primeiro, no arquivo, o que existia nele e, segundo, com mais foco, o que eles queriam pesquisar. Então era realmente difícil. As pesquisas, elas acabavam sendo muito mais demoradas e redundantes, por causa desse despreparo.

Mas eu queria te fazer uma outra pergunta, Dina. Você tem uma experiência de trabalho longuíssima, sua formação é em biblioteconomia, você trabalhou na biblioteca da FAU. Você começou na FAU e depois foi para o MAC (Museu de Arte Contemporânea da USP)?

24

Não, eu comecei na FEA, na Faculdade de Economia. Depois eu fui para ECA (Escola de Comunicação e Artes). Entre a FEA e a ECA, eu fiquei um ano em uma empresa de engenharia, pouquinho tempo. Mas o que eu trabalhei mesmo, trabalhei na FEA, depois eu fui para a ECA. Na época, foi uma experiência muito legal, porque eu montei a Gibiteca, que também é um outro universo. Depois da ECA, eu fui para o Museu de Arte Contemporânea, para a biblioteca do MAC. Depois do MAC, eu fui pra FAU, onde eu fiquei mais tempo, fiquei 20 anos na FAU e depois eu vim pro IEB.

Uau, então você teve contato com uma diversidade bastante grande. Claro que a biblioteca é um tipo de universo, mas eu acho que muitas vezes as bibliotecas têm um hibridismo engraçado, não é? Eu vejo aí pelo próprio IEB: tem coisas que você fica em dúvida se são documentos ou são publicações... A gente [da área de conservação de arquivos] fica em dúvida o tempo inteiro... Claro, nós também não temos o conhecimento da ciência da informação que vocês têm, mas quando você olha uma publicação como um trabalho científico, você fica muitas vezes em dúvida quando isso é um trabalho publicado, tem coisas que inclusive não têm ISBN e são publicações – que é uma coisa que a gente está aprendendo agora – ou são algo que você não define se é um documento ou se uma publicação. Então eu fico imaginando, essa mudança de universo que foi para você, trabalhar com esses dois tipos de acervos. Como foi essa transposição da biblioteca para o arquivo?

Arquivo começa um pouco no MAC, porque eu fiquei trabalhando muito próxima da Silvana Karpinski, que até hoje é a arquivista responsável pelo acervo de lá, e a Silvana foi me abrindo esse horizonte dos arquivos. Porque em biblioteconomia a gente tem uma matéria de arquivologia artística, mas é bem rápida, assim, durante um semestre, é uma aula só. Mas, depois, com a Silvana eu fui entendendo um pouco mais a relação, essa coisa da organicidade, da acumulação orgânica que você faz dos documentos e do porquê é importante o respeito a essa acumulação, para poder entender a pessoa que acumulou ou a instituição que acumulou. Porque o bibliotecário... A gente tinha no curso a professora Johanna Smit que falava: “A pior coisa para um arquivo é um bibliotecário entrar e ir muito pela tipologia documental”, não é? Foto com foto, carta com carta, livro com livro. E se o livro que você recebeu na sua biblioteca tem uma foto e uma carta dentro, você como bibliotecário normalmente não se preocupa em registrar isso. O que é que ele estava pensando quando ele olhou aquela foto? Então, você perde isso. Se você não faz esse registro de que dentro de uma coisa tinha outra... Porque eu também entendo isso, não é? Às vezes o bibliotecário brigava lá comigo, na FAU. Eu falava: “Você não pode separar”; “ah, mas a forma de guardar a foto é diferente da forma de guardar o projeto, que é diferente da forma de guardar o livro”. Eu sei que é diferente, mas você teria que, em algum lugar, registrar que isso estava junto em dado momento. Então é como a gente faz aqui com vocês. Quando vocês acham um bilhete, vocês anotam...

25

Então, tem essas questões que, às vezes, para o bibliotecário passa despercebido e aí você perde toda uma construção do pensamento da pessoa, não é? Porque era uma crítica que eu fazia: a forma de organização dos projetos da FAU, por exemplo, eles catalogam os projetos pela tipologia do edifício. Então, pegam todos os projetos de um acervo... Um dos maiores que a gente tem lá que tem, vamos supor, [projetos] de escolas: põe tudo junto... Pega todas as casas que o Artigas fez: põe tudo junto. Porque eles usam o mesmo sistema de classificação de livros, pelo sistema Dewey que é o autor, pelo assunto e pelo Cutter – que é uma tabela de autor para identificar quem é o Artigas – só que eles não faziam (não sei se mudou agora) uma relação que de repente o Artigas pensou a escola e a casa na mesma época. Isso está registrado onde? Numa carta que ele mandou para alguém falando “então, ganhei o projeto da casa e da escola”. E aí pode ser que, para uma pessoa que for pesquisar o trabalho dele, seja importante saber que existe a casa e a escola, que isso foi projetado no mesmo período, que uma solução que ele achou na escola, ele aplicou na casa ou vice-versa e que ele comentou isso com um segundo arquiteto, que era amigo dele. Na FAU, como o pessoal que organiza lá é bibliotecário, essa parte da arquivística não sei se estão fazendo agora, mas na minha época não faziam e essas informações ficavam perdidas, entendeu? Mas não eram jogadas fora, porque o bibliotecário também não joga nada fora, mas ficavam descontextualizadas, vamos dizer assim.

Não, isso é tão incrível, não é? Mas é algo que eu vejo também na prática da conservação. Quer dizer, essas coisas, na conservação também há, não exatamente uma negligência, mas é uma espécie de... Rejeição a uma documentação um pouco mais robusta, um pouco mais detalhada sobre o histórico daquilo, e que decisões foram tomadas e por quê. Porque, na verdade, se você tem isso informado de alguma forma, de algum jeito, e tem uma sistematização em que o outro possa encontrar essa informação, essas conexões podem ser feitas mesmo que não tenham uma guarda conjunta. Ou seja, uma fotografia não vai estar junto com um projeto ou uma planta, que também não vai estar junto com uma carta. Mas, se você tiver em mente que é necessário fazer essas relações, você encontra, mesmo que na documentação trivial, você encontra um caminho para deixar isso registrado, para alguém que possa recuperar isso.

Eu lembro quando eu fui à Portugal, eu visitei onze arquivos de Arquitetura lá porque, na época, era a gestão do professor Sylvio Sawaya, a gente estava pensando, eu já estava falando com ele, e ele também queria, fazer um grande centro de documentação com os projetos e tal. Depois as coisas foram mudando... Mas nós visitamos o Arquivo de Sacavém que era bárbaro, do João Vieira, que era o coordenador na época, visitamos outros arquivos, enfim. Mas no de Sacavém, eles mostraram, por exemplo, eu lembro de ter visto um processo que era da construção de um teatro lá, não vou lembrar o nome, mas eles guardavam assim toda a documentação referente à construção, as correspondências entre, por exemplo, a pessoa ou a secretaria que queria construir o teatro com o governo, pá, pá, pá. Aí eles tinham, assim, do teatro, amostra, meio que junto assim, do tecido que cobria as cadeiras do teatro, tinham a amostra pequeninha da madeira do friso do teatro. E eles falavam “quando a gente tinha uma fotografia aqui, mas a foto a gente tem que guardar numa outra reserva técnica, com outras condições de temperatura e umidade” e eles chamavam de “guia fantasma”: “Mas ó, tem uma guia fantasma aqui dizendo que na gaveta tal na caixa tal, tem cinco fotos referentes à construção do teatro”.

Então você faz essas indicações, não é? Para a pessoa que vai pesquisar. Então, se uma hora você precisasse, sei lá, como aconteceu com o Teatro Cultura Artística (em São Paulo) que pegou fogo... Se a gente tivesse toda a documentação do Cultura Artística, as fotos de construção, os painéis, como era o carpete, como era o piso... Você conseguiria, pelo menos... Não digo fazer igual, porque de repente, hoje em dia você tem materiais mais adequados, melhores e tal, mas você conseguiria recuperar isso. E até justificar: “Ó, não vou pôr o carpete desse modelo por conta disso, disso, disso, porque era o que tinha na época, 20, 30, 40 anos atrás. Mas a gente vai pôr esse carpete pá, pá, pá, mas é a mesma cor, tá?”. Então você poderia fazer esse tipo de coisa, se você tem isso registrado. Agora se chegou, vamos supor, em um lugar lá que vai guardar: “Ai o quê que é esse peda-

cinho de carpete aqui? Ah, imagina! Joga fora”. Pronto. Foi. Acabou. Pegou fogo lá. E agora? Então esse tipo de coisa que é um conhecimento que o arquivista tem muito mais aguçado do que o bibliotecário.

É, mas é que no fundo, sempre a grande discussão, que eu acho que é realmente urgente, é, no final das contas, essa questão do filtro, quer dizer, o que guardar, não é? Porque, claro, o grande argumento é assim, se eu guardar esse monte de amostrinha de coisinha, etc., eu vou ter que conservar isso, onde que eu vou conservar? Que lugar? Como? De que jeito? Aí não tem conservador, aí ‘não sei o quê’. Blá, blá, blá, o que seja... Mas a grande questão sobre a materialidade dessas memórias hoje é exatamente... o custo, em geral, o custo humano, o espaço, os recursos materiais mesmo para manter esses materiais, e aí se coloca sempre uma questão assim, que é essa, quer dizer: quem opera essa seleção do que se guarda e do que não se guarda? Hoje eu estava vendo a mesa do professor Carlos Guilherme Motta, da FFLCH. Ele estava falando sobre aqueles pensadores que são os que ficam e aqueles que são relegados. Que num certo sentido, nunca tiveram um lugar e que eles ficaram um pouco para segundo plano, porque não foram eleitos pela sua época como os pensadores importantes e significativos. E aí eles ficam como uma espécie de fantasmas ali. E que de repente eles voltam. Ele estava falando especificamente do Manuel Correia de Andrade, assim como Darcy Ribeiro também, eles nunca foram, nunca tiveram a importância acadêmica que outros seus contemporâneos tiveram. E que aí depende de um cara, de certa maneira, levantar esse paninho e deixar esse fantasma sair. Agora é a mesma coisa com os documentos, não é? Os documentos, os materiais, mesmo o que é produzido em arte. Quer dizer, você começa a perceber que quem trabalha com informação e quem trabalha com a conservação também exerce, também é ativo nesse processo de filtragem, de seleção, não é?

27

Dizer o que vai sobrar pro futuro. Você sabe que teve uma coisa interessante na USP que eu fiquei pensando sobre isso: quando o Arquivo Geral foi criado, veio pra tentar organizar a massa documental da USP, que tem poucos arquivistas e isso acaba ficando nos setores de protocolo e tal, e tem uma hora que não cabe mais nada. Então aí pegam o CONARQ, pegam as tabelas de temporalidade do CONARQ, fazem umas adaptações, mas você parte de alguma coisa já consagrada. Então, por exemplo, eu lembro do caso que aconteceu na FAU. Pelas tabelas de temporalidade já adotadas, tem uma parte da documentação que a gente chama de “probatória”, então a documentação financeira, ela tem um caráter probatório. Quando você compra, sei lá, um lápis, você tem que guardar aquela nota fiscal durante acho que uns 5 anos, eu não vou lembrar direito decor as tabelas. Se o Tribunal de Contas da União quiser saber onde você gastou o dinheiro, você tem que mostrar as notas fiscais dos bens de consumo que você usou. Passado esse período que o TCU pode fazer uma auditoria, você pode descartar porque você não vai ficar guardando nota fiscal de tudo a vida toda, não é? O que aconteceu na FAU? O pessoal aplicou a tabela de temporalidade

porque, desde sempre, não se tinha nenhum critério e as pessoas do protocolo, do expediente, guardavam tudo. Aí chegou o pessoal do Arquivo Geral, criou a tabela de temporalidade, foi aprovado, deram os treinamentos. Daí o pessoal começou a falar: “Bom, então tudo o que é, sei lá, de 1970 para trás, de nota fiscal, a gente pode descartar?”. “Pode, porque já ninguém vai mais fazer auditoria”. E aí passou um tempo, os professores da área de Materiais da FAU, da área de Tecnologia, começaram a solicitar documentação referente às reformas que o prédio da FAU tinha sofrido com o passar dos anos, porque o prédio da FAU é de 62 ou 69, não lembro direito, e nesses últimos 60 anos ele passou por diversos momentos de reforma, da cobertura, pá, pá, pá. Os professores que faziam isso, queriam saber os materiais que tinham sido usados para fazer, ao longo dos anos, essas reformas na cobertura. E aí, em tese, as empresas contratadas para fazer essas reformas deveriam entregar depois, no final, um relatório memorial descritivo da obra. E isso é exigido. Mas isso há 60 anos atrás ninguém exigia, não é Caetana? O povo reformava. . . “O que você usou? Areia? Cimento? O que você usou?”. Não tinha isso... Então aí os professores falaram: “E se a gente pegasse as notas fiscais do material? Porque a FAU comprou o material para reformar. . . Aí a gente ia saber se comprou areia, se comprou cal, etc.” Só que a gente tinha jogado tudo fora. Então eu fiquei pensando: a gente tem que lembrar que, por exemplo, nas unidades da USP, a gente está dentro de Institutos de Pesquisa, então o documento tem um caráter diferente para a gente, não é? A nota fiscal do cimento, da cal, no caso, vamos supor, da FFLCH, da Letras, pode não ter importância nenhuma. No caso da Arquitetura, da Poli, ele pode ter uma outra leitura. Por que? Porque são prédios tombados. Então, muda a configuração. A mesma coisa eles fizeram na Faculdade de Medicina: tinha os prontuários médicos lá, acho que desde quando criaram o Hospital das Clínicas e estava tudo lá jogado, um monte de caixa, pá, pá, pá. “Ah, não, prontuário médico tem que guardar por 50 anos porque depois de 50 anos a pessoa morreu, não precisa mais guardar”. Mas para um estudo sobre as epidemias que aconteceram na cidade de São Paulo no final do século - sei lá quando o Hospital das Clínicas foi criado, vamos fingir que foi em 1910 – as epidemias que aconteceram nos primeiros 30 anos do século 20. Onde vai ter essa informação? No prontuário médico do Hospital das Clínicas, não é? Mas aí você jogou fora. Porquê? Porque você aplicou um critério que não é para uma instituição de ensino. Então, tem uns cuidados. . . Você vai ter que guardar tudo? Não sei. Tem que pensar, porque você tem outro uso dessa documentação no Hospital das Clínicas, você tem um outro uso da relação de materiais usados na reforma dos prédios tombados da USP, é outro uso que você pode ter, não é? Enfim... Tem essas coisas... Que a gente só percebe depois de um tempo, depois que às vezes você já jogou fora. Aí você fala: “Não devia ter jogado, não é?” Porque eu não vou usar o documento, no caso dos prontuários médicos, para dizer que a Maria teve catapora, mas eu preciso saber todo mundo que teve catapora em 1920 e onde teve, quem cuidava disso, em que hospital tinha isso? Hospital das Clínicas, não tinha outro, não é? Então a gente

tem que ter alguns cuidados, pensar um pouco, não aplicar cegamente as tabelas de temporalidade, não aplicar cegamente os sistemas de classificação. Pensar.

Essa coisa do pensar é uma coisa louca, porque na verdade a gente vive um processo de demissão do pensamento integral, o tempo inteiro, não é? E, ao mesmo tempo, se criam essas normas e regras, etc., para, de certa maneira resolver assim: você terceiriza [risos], você não precisa pensar, então você terceiriza para uma regra e se fixa nela, não é? Na área da conservação é igualzinho. Você tem uma série de protocolos e dogmas, etc. Por exemplo, tem um que é incrível que chama a questão da reversibilidade: todos os sites de conservação e tal, preconizam isso o tempo inteiro: “Ah, todos os materiais empregados têm que ser reversíveis”. Gente, a partir do momento que você aplica uma determinada coisa, pode ser água! que é um solvente poderoso e tem um potencial de dano enorme. Se aplicar a água num documento, você já mudou o documento: já houve um relaxamento das fibras. As fibras já vão ficar diferentes do que elas ficavam antes, na hora que ela secar vai haver um enrijecimento, uma tensão superficial... Então, não é completamente inócuo ou isento. Agora, Dina eu queria te perguntar uma coisa que você já comentou comigo e eu achei bastante interessante, que é esse arquivo que foi criado a partir de uma empresa, não sei se era uma empresa...

A ASPLAN?

É, você pode falar um pouco sobre isso? Eu achei tão incrível...

29

Posso. Essa documentação foi para FAU, da ASPLAN que era Assessoria de Planejamento. Porque tinham duas coisas: o Anhaia Mello quando ele criou a FAU, ele era professor da Poli e ele foi o primeiro diretor da FAU. Ele criou uma coisa, um programa chamado CEPEU, que era Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos. E eles começaram a fazer Planos Diretores para cidades do interior [de São Paulo], como uma atividade dos alunos. Então tem diversos documentos. Eles fizeram Planos Diretores para diversas cidades do interior e eram equipes multidisciplinares. Tinha pessoal de Arquitetura, tinha pessoal de Ciências Sociais. Porque você tinha que pensar a cidade no todo. E a ASPLAN era um escritório particular que também fazia esse mesmo tipo de trabalho. A ASPLAN fazia Planos Diretores também. Eles tinham também equipes multidisciplinares. Tinha geógrafo, tinha gente da área de Ciência Sociais, porque quando eles iam fazer o programa para a cidade, eles tinham que entrevistar as pessoas, saber se a cidade era uma cidade mais de serviço, se era de indústria, se era mais agrícola. Para poder pensar como essa cidade ia crescer nos próximos 10 anos. Não adiantava, sei lá, de repente pensar: “Ah, vamos fazer grandes áreas para a construção de indústria”, se o foco econômico da cidade era agricultura. Então se ia criar, sei lá, grandes terrenos ali para poder instalar a indústria e depois descobrir que ninguém instalou porque é fazenda, não é? Então eles faziam uns estudos grandes, mapeavam toda

a história da cidade, viam para que lado a cidade ia crescer: “É mais próximo da estrada principal que chega nessa cidade”; “É mais próximo da via férrea”, etc. Eles traçavam um plano urbanístico para a cidade crescer de forma “adequada”. E a ASPLAN, eles começaram nos anos 60 e pegaram todo o período militar e empregavam muitas pessoas que eram perseguidas pelo governo militar, gente que trabalhava às vezes para o governo e, em função de uma postura mais de esquerda, foram demitidos quando houve o golpe de 1964. Só que a ASPLAN, o grande empregador dela era o governo. Porque quem vai contratar um cara para fazer um Plano Diretor de uma cidade? É o governo, não é? O governo da Prefeitura, ou do Estado e tal. Eu acho que ela acabou falindo porque o que aconteceu? O governo pedia o Plano, daí eles faziam todo esse estudo, um estudo preliminar para apresentar um projeto, um orçamento e tal, e ficavam aguardando o governo dizer se ia contratá-los ou não para fazer. Nisso, passavam-se meses e eles tinham equipes grandes e não podiam desmontar as equipes porque se o governo falasse: “Bom, saiu, vocês vão fazer o projeto”; eles tinham que estar, sei lá, com 30, 40 pessoas ali para já começar a fazer os levantamentos. E o governo demorava para responder. Então, os caras começavam a pagar as equipes (como aconteceu na pandemia) sem ter investimento entrando. E aí, acabaram falindo, não é? Eram projetos muito grandes. Eles tinham um projeto que estavam tentando fazer em Luanda, que ainda pertencia à Portugal. E quando eles ficaram no final, junto com uma empresa francesa também no mesmo esquema, acabaram perdendo o projeto. Ficaram os dois [grupos], os franceses e eles como finalistas da concorrência. E no final, eles perderam para a empresa francesa. Só que quando a [empresa] francesa ganhou, teve a libertação de Luanda, do protectorado português. E aí ninguém ganhou nada. Mas tem toda a documentação lá. E é muito interessante. Dá uma pena porque a gente estava mexendo na documentação e, acho que era o Hélio Bicudo um dos caras que pertencia à ASPLAN, que estava fazendo toda a negociação com o governo português, e você vê as cartas que ele escreve pro pessoal aqui no Brasil: “Olha, a gente conseguiu conversar com o cônsul e acho que a gente tem uma chance grande de ganhar e tal”. E você vai lendo a carta e sabe que no fim eles não ganham, dá uma pena danada, porque eles tinham muita esperança porque era um projeto grande, internacional, que ia conseguir manter a empresa. E acho que foi um dos últimos projetos que eles fizeram. Depois, a empresa faliu. E o CEPEU, o que aconteceu? Como eles trabalhavam com os estudantes, eles não tinham custo de mão-de-obra porque o estudante era estagiário bolsista, ganhava pouquinho, não é? Contava ponto para ele, se ele fazia os levantamentos, etc. Então o CEPEU, quando concorria com as empresas privadas, tinha um preço muito abaixo, porque o custo dele era muito barato. Aí começou a ter uns boicotes ao CEPEU. E eles acabam, acho que na década de 70, fechando o escritório e acabou. Mas eles chegaram a fazer, acho

que uns 20 Planos Diretores assim. É muito bonito o trabalho de você ver e pesquisar. Então, isso estava meio “jogado”, isso estava com o professor Birkholz, se não me engano, que foi o último diretor do CEPEU lá na FAU Maranhão. Isso ficava na sala dele, aquelas coisas de acervo de docente. Ele guardou e quando ele faleceu, o material foi tirado da sala porque a sala ia ser usada para outra coisa. Aí o material ficou meio para lá e para cá pela FAU Maranhão. Depois foi para a FAU USP e também ficou meio para lá e para cá, foi para um porão, subiu, foi para uma sala e tal. E aí, quando a professora Maria Cristina Leme, pelo laboratório dela, que era o LabHab – Laboratório de Habitação – resolveu trabalhar mais, porque ela era da área de urbanismo, ela levou para a sala dela e a gente conseguiu um outro espaço lá. Eu tinha saído da biblioteca e comecei a trabalhar com ela na organização desse acervo. Porque a ideia era criar um Centro de Memória, um arquivo da FAU, porque isso é documentação histórica da FAU, foi um centro de planejamento urbano que fazia parte da FAU. Mas aí também muda diretor, entra um diretor, entra outro, aí decidiram que não ia ter mais... Que ia ficar com a biblioteca. E aí não sei que fim levou. Eu não sei se esse material continuou com a professora Cristina Leme, porque ela ainda está dando aula lá, mas a biblioteca não tinha pernas, nem conhecimento técnico para abraçar mais esse acervo, entendeu? É porque demanda ter uma pessoa que conheça de arquivo, senão eles vão catalogar tudo com o [sistema] Dewey e aí não vão achar mais nada, de novo.

31

**Vai virar livro, não é? [risos]**

827, 721... Sei lá, vai ser um documento lá... [risos]

**Nossa, isso é a coisa mais incrível. Como é que você perde um material que está guardado, mas está perdido, não é? Esse, eu acho que é o grande paradoxo, assim, eu acho que todas as instituições têm esses furos, porque quando se personaliza muito, uma coleção ou um acervo, esse é o risco, a pessoa desaparece e esse acervo começa a ter uma vida errática, que não tem mais... Ele vai se descolando da instituição, não é? É impressionante.**

E na academia você tem as ciúmeiras, não é? O cara que é de um departamento não fala com o cara do outro. Eu lembro de um professor da Biologia... Você já deve ter ouvido falar do Clodowaldo Pavan?

**Sim, claro!**

Era o professor que meio começou a questão da genética na Universidade e o acervo dele estava todo numa sala, tinha uns armários lá, porque ele também viveu dentro da Bio a vida toda, não sei se nas Ciências Biomédicas ou na Biologia, mas numa dessas unidades aí. E ele tinha tudo lá com ele. As pessoas guardavam tudo.



E quando ele se aposentou, voltou no dia seguinte no Instituto e viu as coisas dele todas no corredor, assim... Ele falou: “O que foi, porque que...?”; “Ah, porque o professor fulano...”; ou “Essa que era sua sala, vai ser outra coisa agora, a gente precisou desocupar a sala”. E jogou tudo no corredor. Aí, um professor que trabalhava com ele, era orientando dele, pegou todas as caixas e colocou na sua própria sala, empilhou tudo lá, falou: “Pelo amor Deus, não é? Aqui a gente tem a história da pesquisa da genética, dos genes... aquilo que a Mayana Zatz, faz: o sequenciamento genético, começou com o Clodowaldo, está tudo aqui a história de como isso começou, a pesquisa aqui no Brasil”. E estava para jogar fora, porque: “Ah, é um monte de papel velho”. Esse professor ia numas reuniões que eu participava do Arquivo Geral, desesperado, e falava: “gente, eu preciso de alguém para me ajudar a organizar isso daqui porque, se não, na hora que eu aposentar vão jogar tudo fora”. E jogam, viu? Jogam. Porque a gente precisa desocupar a sala.

Na FAU eu vi isso acontecer com um professor. Era da área de Tecnologia. Ele tinha criado um laboratório importante lá da FAU: Túnel de Vento; o primeiro túnel de vento de uma Faculdade de Arquitetura, pá, pá, pá. Quando ele se aposentou, puseram as coisas dele todas no corredor. E quando eu tentei pegar, que eu estava já no laboratório da professora Cristina, falaram: “não é para você mexer nisso”; e jogaram fora. Jogaram fora uma parte da história da Faculdade de Arquitetura. O que é que você vai fazer? Eu precisava do emprego... “Então tá bom, não vou mexer mais”. Assustador.

**É assustador porque no fundo, o que falta, de base assim, acho que é uma política, não é? A gente não tem. É, não tem no país, nas instituições, etc., essa ideia de uma política de patrimônio, de longo prazo, que realmente nada é pra já, não é? Esse é um contra-senso porque, se por um lado a vida é extremamente acelerada, há uma escassez de espaço, quer dizer, essa disputa por espaço físico nas instituições, ela é concreta, em todas as instituições. E são decisões que são tomadas assim, no arrepio da hora, porque você precisa liberar o espaço, precisa convergir para uma decisão consensual e aí acaba sendo isso mesmo.**

**Mas Dina, eu queria te perguntar uma coisa: você já tem uma longa experiência e, daqui a pouco, não sei se você vai ter vontade de parar de trabalhar... Mas, enfim, você poderia, se quisesse, daqui a pouco. Como é que você vê essa mudança de pensamento em relação aos arquivos? Quer dizer, os arquivos, eles estão se digitalizando, há muitos documentos hoje que são nato digitais. Mesmo fotografias, mesmo os arquivos pessoais, mesmo as comunicações... A gente não escreve mais cartas, a gente tem e-mails. Enfim, como é que você vê? Isso já é uma realidade, isso não é um “Blade Runner” (filme de Ridley Scott, 1982), não é uma coisa futurista, assim, que na verdade, já é passadista... Mas como é que você vê**

o mundo dos arquivos e mesmo da conservação da memória, da conservação da produção, do pensamento, etc., agora e a partir de agora, nesse universo que é não totalmente digitalizado, mas que há uma competição entre o que deve ser guardado que ainda tem uma existência material e aquilo que não tem uma existência material? Porque no fundo, você sabe que são duas gestões: quando você decide por uma digitalização do que quer que seja ou por documentos nato digitais, você tem que fazer uma gestão do documento digital ou digitalizado; e uma gestão documento que é material, que é físico. E, claro que não há recurso para essas duas. Isso duplica ou triplica o custo e a necessidade de recursos humanos, técnicos, etc., a mil, é exponencial... Como é que você vê essa disputa por espaço entre o que é material e o que é não-material?

Então. Quando eu fiz o curso de gestão arquivística na FESP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) em 2018, a gente tinha uma matéria sobre isso. A gente está muito atrasado, não é, Caetana. Porque a gente não tem essa coisa da permanência das coisas digitais. A gente não tem ainda já introjetado nas pessoas que não adianta se elas trouxerem só o disquete e eu não tiver um sistema de storelogy de atualização dos programas, não é? Então a gente tem aqui disquete e um monte de coisa que você não abre mais. Por que não? Porque não tem o computador com o Windows 1 ou sei lá qual Windows que era. Então a gente vai ter um buracão imenso. Tinha um professor da FAU que falava isso. Ele falou: “Toda a minha produção da década de 80, eu não tenho mais acesso”. Por que? Porque está nesses discos grandes, aqueles disquetes que a gente tinha. E falou: “Onde que eu posso ler ou ver isso?”. Não tem, não é?

33

Então teria que ter um estudo muito sério mesmo do pessoal da própria Reitoria, para saber onde que esse material está sendo armazenado, guardado. Está no Google? E se o Google falar: “para você abrir o seu e-mail de 15 anos atrás, eu vou cobrar 1 milhão de dólares”. Você vai pagar 1 milhão de dólares? Não sei. Alguém está guardando e não é a USP. Não somos nós, não é?

Eu acho que tem um lado de digitalização para conservação, que serve para evitar da pessoa ficar manipulando o papel, a carta do século XVII, todo o tempo, que eu acho bárbaro. Ou também, a pessoa que está lá no Amazonas pode falar: “Eu quero ver um documento que você tem aí no IEB” e eu poder mandar por e-mail pra ela. Ou que está na China e eu poder mandar pra ela. Ela não precisa mais vir aqui ler o documento. Mas a gestão principalmente do que é nato digital, a gente não tem quase nada. Em termos de programa, onde estão sendo guardados? Os projetos, os trabalhos nato digitais, esse monte de revista, tudo que é nato digital. Daqui 50 anos, eu vou ter acesso a essa revista?

Mas eu fico me perguntando a mesma coisa sobre os documentos, essa descrição que é feita nesse programa o SGA. Esse SGA ele também é digital, é um programa...

É uma coisa digital, não é? Ele vai se atualizando? Daqui 20 anos, todas as cartas, elas vão estar disponíveis? A gente pensa muito a curto prazo: “Ó, comprei um computador novo, vai chegar o ano que vem”. E daqui 10 anos, daqui 20 anos, daqui 30 anos, não é?

E é tão impressionante porque a gente tem esse material, quer dizer, todo mundo fala muito nisso, parece um senso comum, quer dizer, a gente tem coisas que tem 1000 anos, 2000 anos... A materialidade, ela tem uma durabilidade que é, na pior das hipóteses, evidentemente que ela deteriora, mas na pior das hipóteses, você intervém, você observa, você vai fazendo cópias. Hoje nos museus é muito comum. A própria Mona Lisa é uma cópia, quer dizer, há muitos objetos que, para conservação, se faz uma réplica e guarda-se o original e aí as réplicas circulam. Agora, isso implica em muitas coisas. Implica em questões de autenticidade, implica em questões de autoria, em muitas questões. E aí a gente vai vendo que esse mundo do arquivo, o mundo dos acervos em geral, ele vai ficando cada vez mais complexo, não é? Ele começou com uma ideia muito romântica e, no final das contas, essas instituições que vêm do século XIX, elas não sofreram uma revolução de pensamento, uma revolução que tem relação com a ética. Elas sofreram muito mais adaptações tecnológicas do que uma mudança essencial. E são tão complexos os problemas! Eu fico imaginando você, que é diretora, que coordena um arquivo tão complexo que é um conjunto de acervos pessoais. Você ainda hoje lida com essas pessoas que já se foram, mas os seus descendentes estão aí... Há muitas outras implicações que não só de autoria. Você tem que ter um conhecimento, que é um conhecimento jurídico, legal, e de conservação... É tão interdisciplinar essa sua atuação... Como é que você lida com esses parâmetros tão diferentes?

34

Então, hoje mesmo a gente estava conversando aqui na direção. Vamos rever os nossos termos de doação. Porque também tem isso, viu Caetana? “A USP, a USP”. Mas muitos acervos chegavam assim: a pessoa falava “olha, fulano morreu, o filho dele vendeu a casa, eu trouxe as pesquisas dele que estavam comigo...” E trazia, entregava para você e ia embora. Às vezes a própria família falava: “Ah, meu pai dava aula aqui ou minha avó dava aula aqui, ó: trouxe para vocês as coisas lá do escritório dele, vê se serve para alguma coisa” e largava. Ninguém assinava nada. Ninguém... Quando recebia, também recebia assim: “porque se não, eu vou jogar fora. Se vocês não quiserem, eu vou jogar fora”. Então, quando eram coisas que tinham um valor já comercial, um livro raro: “Ah, eu sei que esse livro aqui, meu avô comprou num leilão, então vale alguma coisa”... Mas, e o resto da biblioteca dele? A acumulação do que formou a intelectualidade dessa pessoa... Foram esses livros, foram esses jornais e tal, e às vezes, as pessoas falavam: “Ó, se vocês não quiserem, eu vou ven-

der por peso, vou dar pro recicla”. Porque também depois as pessoas descobrem que podem ganhar dinheiro... ou então, assim, tinham coisas às vezes na FAU, eu lembro, tinham arquitetos que também eram artistas plásticos, não é? Também faziam quadros, coisas assim. Então, tinha uma pessoa que era herdeira e que falava: “Ah, estou pesquisando as coisas” - acho que eram coisas do avô - e falava: “Ah, é do vovô tal, né, do papai, do vovô”. Aí ela pegava os projetos e de repente achava os croquis, achava uns desenhos, porque também o pai dela, além de arquiteto, era artista plástico. E ela sabia que aqueles esboços, aqueles desenhos dele, tinham valor de mercado. Ela consegue vender isso em uma casa de leilão, como um desenho original do fulano de tal. Aí ela falava: “Ah, não, isso aqui veio por engano, eu vou levar embora de volta”. E aí, você descobre que você não tem o termo de doação. Por que? Porque o cara chegou, era professor da casa e falou: “Ó, fechei meu escritório, vocês querem os meus projetos?”. “Ah, então tá, pode trazer [para] os alunos poderem olhar”. E trazia tudo. E ele não relacionava... Você (Caetana) também deve acompanhar casos assim. A pessoa quer doar, você fala: “Você tem uma relação?”. “Não, são os desenhos, são os projetos”. Então era uma coisa muito informal, assim, muito amadora da nossa parte também. Passam-se 20, 30 anos, e você descobre que o quadro que o cara pintou quando ele era professor aqui, hoje está valendo 100, 200 mil [reais]. E um desenho dele? Pega uns 10 mil [reais] tranquilo. Aí a filha vê que tem desenho lá e ela quer levar embora, entendeu? E aí ela fala: “Cadê o termo de doação de que meu pai doou isso para vocês?” Não tem.

35

A gente agora está começando a ficar mais atento a isso. Então, esses termos de doação agora estão sendo revistos, pelo menos aqui no IEB. A gente vai ter consultoria jurídica para rever, porque também acontece que quando tem o termo de doação: “Ah, estou doando para o IEB as fotos e os arquivos, tal”. Como não tinha [explícito] no termo de doação, o IEB falava: “Então está bom, o IEB vai cuidar, mas quando o IEB for usar essa foto para uma publicação sua, não vai precisar pedir autorização porque é o direito de patrimônio do IEB.” Não é um direito autoral, mas é o direito de patrimônio, uma vez que o acervo está guardado aqui. Não tinha isso explícito, preto no branco no papel, entendeu? Nesse tempo em que eu estou aqui, um herdeiro aí brigou com o IEB porque ele queria doar mais coisa, o IEB falou que não havia interesse de receber esse outro acervo que ele queria doar e ele falou: “Então as coisas que estão aí da minha mãe, ninguém usa mais, eu não autorizo, ninguém mais usa”. Cadê o papel dizendo que o IEB pode usar a foto numa publicação sua? Não tem [risos]. Então a gente vai aprendendo com os erros, não é Caetana? A gente quando dá topadas fala: “Meu Deus”. Então o próximo só entra, só vai aceitar a doação se a gente puder fazer isto, não é? Se puder, pelo menos, para o nosso uso interno, numa publicação, numa exposição, num catálogo, a gente ter autonomia, uma vez que a gente está preservando esse acervo aqui dentro.

Pois é, eu acho que essa que é a grande – em tese, seria – uma grande troca porque a gente sabe o trabalho absurdo que dá, o quanto de recurso... É um custo absurdo. Quer dizer, o papel neutro, qualquer coisa que você use... as pessoas já estão se adaptando e usando outros materiais faz tempo, porque é impagável, mas mesmo assim... é muito complicado.

Agora, Dina, eu queria te perguntar, até para a gente já ir finalizando, o que é que você acha sobre essa fuga de arquivos? Porque tem a ver com isso que você mencionou agora. Os herdeiros estão, obviamente, conseguindo um valor de mercado fora do país, para os arquivos e acervos dos seus familiares conhecidos, não é? Isso aconteceu com dois grandes arquitetos recentemente, mas aconteceu com escritores, com muitos artistas plásticos e tal. E aí vendem para instituições internacionais. Quer dizer, esse arquivo inteiro sai do país. Quer dizer, se você quiser pesquisar a obra ou o legado do que for, de um arquivo de um autor brasileiro, você tem que ir para fora do país ou pesquisar on-line, comprar o material e etc. O que é que você acha disso... Porque a gente também não tem uma lei. Eu não sei se os países têm essa lei que define o que é o patrimônio de interesse nacional para a memória nacional e que, portanto, não deve deixar o país. Eu acho que não temos. Acho que outros países têm uma lei mais clara nesse sentido, mas o que você acha dessa fuga de arquivos?

36

Então, eu vejo isso, Caetana, como um problema mesmo de nível federal. Porque também não adianta você ter um Condephaat, um IPHAN, falando que não pode sair e não dá um tostão para manter aqui dentro. Você não tem uma captação de, sei lá, de projetos culturais. Por exemplo: “a família quer pôr os quadros que a pessoa tem em leilão e você não tem dinheiro para participar de leilão”. Digo, os grandes centros de pesquisa, as Universidades. Você não tem um aporte financeiro do Governo Federal ou Estadual que fale: “Vai lá no leilão e vamos arrematar os quadros do fulano, para ficar no Instituto, porque isso é importante de ser mantido aqui”. Não tem. A gente tem uma cegueira monstro dos governantes nossos. Porque eu entendo que às vezes a família está numa... Tem a profissão herdeiro, não é? “Sou herdeiro, quero vender a casa, quero vender os quadros de vovó, quero vender as coisas de vovó, e o que ninguém quiser comprar, eu dôo para a USP, para o Governo do Estado”, não é? Mas teria que ter uma política. Isso é cultura. Os governantes nossos deveriam falar: “Olha, isso aqui eu quero que vocês comprem porque é importante para o Brasil ter esse acervo disponível para o povo brasileiro”. Agora, talvez a gente melhore. Mas que nem o governo passado, aquelas cavalgadas que estavam como Presidente, como Ministro da Cultura, como Ministro da Educação... Você vai achar que o cara vai querer dar 1 milhão [reais] para comprar um acervo? “Não. Vou construir um, sei lá, um campo, um estádio de futebol na minha cidade.” Então, é difícil... Eu também sou do Conselho Regional de Biblioteconomia e a gente está com uma campanha das bibliotecas escolares. Tem uma lei, que era de 2010, e diz que até 2020 todas as escolas

do Brasil tinham que ter biblioteca e bibliotecária. Não “pegou” a lei, vamos dizer assim, não é? Aí estão prorrogando e a gente está brigando para não ser mais assim: quando chegar a data final, você prorrogar de novo e você prorrogar de novo. . . Mas aí a gente discute, assim: “Quem tinha que brigar para ter a biblioteca na escola?”. Não é só o Conselho de Biblioteconomia. É o pai da criança que tem um filho lá. . . Enquanto a sociedade achar que tudo bem a escola dele não ter biblioteca, não ter quadra de esporte, não ter laboratório de Ciências, é uma luta meio insana, não é? A gente fica pregando no deserto. Mas, então, isso é uma coisa para a sociedade exigir. A gente teve um evento interessante no Conselho, porque eles iam fechar a Biblioteca Monteiro Lobato que fica ali na rua General Jardim. Iam fechar um determinado departamento da Biblioteca, que era o Departamento Histórico, onde estão os acervos do Monteiro Lobato e outros acervos. Porque estavam faltando bibliotecários para ajudar a processar; porque, na prefeitura, o processamento técnico é centralizado. Aí o pessoal foi se aposentando, foi saindo. Então qual a solução que a Secretaria que administrava as bibliotecas decidiu na época? “Ah, vamos pegar o bibliotecário das bibliotecas regionais”. Aí eles iam fechar (depois eles negaram, mas a gente sabia que iam sim). Iam fechar a parte histórica da Biblioteca Monteiro Lobato. Passaria a ser só a biblioteca circulante e iam fechar o acervo de pesquisa, desses acervos do Monteiro Lobato e outros. E aí o pessoal da Vila Buarque falou: “Não, não pode fechar, é importante. É importante esse acervo documental arquivístico que existe dentro da biblioteca ser mantido”. E fizeram uma arruaça, foram para a imprensa, e aí não fecharam. Não tiraram esses funcionários de lá. Mas isso foi um movimento da sociedade. Enquanto a sociedade brasileira achar que fechar uma biblioteca não tem problema, achar que fechar um teatro não tem problema, fechar um cinema não tem problema. . . Vão continuar fechando, não é? Porque custa caro manter esses equipamentos culturais. Custa caro manter um arquivo, custa caro manter uma biblioteca, custa caro... Mas se você não tem isso, que sociedade você está criando? Que cidadão você está criando, não é? Então é uma briga feia, mas que a gente não vai abandonar, não [risos]. A gente vai falar: “Somos importantes, tem que manter os acervos, tem que ter conservador, restaurador, conservando e restaurando, gente!”. Não pode. É triste isso, a gente dentro da Universidade tem que chegar para o Reitor e falar assim: “O senhor tem que manter as bibliotecas, tem que ter equipe na biblioteca, tem que ter equipe no arquivo, tem que ter equipe no laboratório de restauro”. É como os alunos dizendo agora: “Tem que ter professor dando aula”. O que é isso?

37

**Pois é, isso que eu ia falar: a gente fica pensando em acervo e não tem professor. Quer dizer, tem lugar que não tem água, não tem saneamento... E aí eu acho que a gente volta para um problema anterior, que é, eu acho que muito do nosso papel, o seu, o meu, eu no campo da conservação, você no campo da ciência da informação, o nosso principal papel é a persuasão [risos]. Eu estou chegando à**

conclusão, sabe, é uma coisa que tem que ser um misto de... A gente tem que desenvolver essa capacidade persuasiva, porque é disso que se trata, sabe? No final das contas, a gente está falando de algo que seria, a gente imagina, natural. Nada disso é natural. Tudo isso é educação. Tudo isso é algo que é uma construção de muito longo prazo. Quando você pensa naquela música do Caetano que diz que “tudo é novo, mas já é ruína” no país. É um pouco assim. Porque tudo é novo, mas já é ruína ao mesmo tempo, não é? A gente tem que voltar a...

E a gente sabe que quem tem informação nesse mundo nosso, tem poder. Por que é que os Estados Unidos mandam gente para o mundo inteiro comprar as publicações para levar para a Biblioteca do Congresso? Porque eles gostam de ler? Não. Porque eles sabem que uma hora eles vão ter toda a informação produzida no mundo. E o poder é isso. Quem tem essa informação, tem poder. Agora, os nossos, deixam destruir, deixam pegar fogo no Museu Nacional, deixam as bibliotecas ficarem fechadas porque eu não vou pagar para ter um bibliotecário... Vai ser colônia o resto da vida. Vai ser terceiro mundo o resto da vida, vai fazer o quê, não é? Só que assim a gente tem que ficar falando e bombardeando esse tempo todo. Parecendo louco para ver se uma hora entra na cachola da sociedade. Porque quem elege o governante é a sociedade. Enquanto você ficar elegendo cara porque ele é blogueiro, só porque ele joga bem futebol, mas ele não tem um projeto cultural, não tem um projeto de educação, vai ter esse povo centrão aí que nós estamos vendo, não é?

38

É, mas você sabe, eu fico pensando do nosso lado, assim, eu acho que a gente tem que pensar um pouco junto, juntar mesmo, sabe? Pensar o que a gente faz pra que essa moçada, os estagiários, as pessoas que vão aí no IEB, a moçada que trabalha aí, que faz a limpeza dos arquivos... Como é que a gente consegue envolver esse pequeno universo que a gente tem contato? É uma coisa extremamente pequena, não tenho a menor dúvida, é singela, mas eu acho que é aí que a gente pode fazer, sabe? A gente se reunir, pensar: “Nossa, o que a gente pode fazer”. Eu acho que isso é que é o lance.

Mas Dina, quero agradecer demais esse tempo que você dedicou à nossa conversa... Já estamos conversando há 1h20 e estou com receio que você fique presa aí... Já são 19h e depois você vai ter que sair aí da USP.

Tudo bem, Caetana. Se depois você precisar completar alguma coisa, saber mais alguma coisa, você me fala. Está bom?

Certo, obrigada. Um beijo bem grande para você e até já, aí [no IEB].

<sup>1</sup> Financiado pelo BNDES, o Projeto Manoel Correia de Andrade consiste em ações de conservação, catalogação e extroversão para a preservação de cerca de 80 mil itens da biblioteca pessoal do acadêmico Manuel Correia de Andrade, sob a Coordenação Geral do Prof. Alexandre de Freitas Barbosa e Coordenação Técnica de Caetana Dultra Britto e Leandro Melo.

<sup>2</sup> Celso Furtado integrou a CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, sendo nomeado seu Diretor da Divisão de Desenvolvimento entre 1950-1957.

<sup>3</sup> Fernando Henrique Cardoso presidiu o CEBRAP Centro Brasileiro de Análise e Planejamento entre 1980 e 1983.

<sup>4</sup> Seminário “O Brasil de Manoel Correia de Andrade”, realizado de 26 a 29 de setembro de 2023, integrando o Projeto Manoel Correia de Andrade.

<sup>5</sup> Jaime Oliva, geógrafo, docente e pesquisador do IEB.

<sup>6</sup> Adriano de Castro Meyer, musicólogo, responsável pelo processamento técnico da documentação musical do Arquivo do IEB.

<sup>7</sup> Flávia Camargo Toni, pesquisadora em Museologia no IEB.

<sup>8</sup> Frederico Antonio Camillo Camargo, engenheiro de computação e pesquisador do IEB.

<sup>9</sup> Mônica Duarte Dantas, historiadora e professora no IEB.

<sup>10</sup> Equipe de bolsistas e técnicos coordenada pela Caetana e o Leandro no processo de higienização, catalogação

e organização do arquivo do Manuel Correia de Araujo junto ao IEB.

<sup>11</sup> João Batista Vilanova Artigas, arquiteto.

<sup>12</sup> Sylvio Barros Sawaya, foi Diretor da FAU entre 2007 e 2010.

<sup>13</sup> Arquivo de patrimônio arquitetônico no Forte de Secavém, Lisboa.

<sup>14</sup> Refere-se à Mesa 3: De Caio Prado Júnior a Manuel: Entre a História e a Geografia, integrando o Seminário “O Brasil de Manoel Correia de Andrade”.

<sup>15</sup> Conselho Nacional de Arquivos.

<sup>16</sup> Lauro Bastos Birkholz, professor da FAU.

<sup>17</sup> Bióloga molecular e geneticista, coordena o Laboratório do Genoma Humano da USP.

<sup>18</sup> Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

<sup>19</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>20</sup> Refere-se à recente greve decretada por estudantes e docentes na USP.



